PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 820
De 27 de setembro de 1973

Dispõe sôbre o Código Tributário do Município de Itapuí e dá outras providências.

Sylvio de Almeida Prado Rocchi, Prefeito Municipal de Itapuí:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º- Este Código dispõe sôbre os fatos geradores, a incidência, as alíquotas, o lançamento, a cobrança e a fiscalização dos tributos municipais, e estabelece normas de direito fiscal a êles pertinentes.

Artigo 2º- Integram o sistema tributário do Município:

I- Os impostos:
- a)- sôbre a propriedade predial urbana;
- b)- sôbre a propriedade territorial urbana;
- c)- sôbre serviços de qualquer natureza.

II- As taxas:
- a)- de licença;
- b)- de limpeza pública;
- c)- de serviços diversos;
- d)- de expediente;
- e)- de conservação de estradas de rodagem;
- f)- de esgôto;
- g)- de água;
- h)- de matadouro;
- i)- de cemitério.

III- A contribuição de melhoria.

Artigo 3º- Nenhum tributo será exigido ou alterado nem qualquer pessoa considerada como contribuinte ou responsável pelo cumprimento de obrigação tributária, senão em virtude deste Código ou de lei subsequente.

Artigo 4º- A lei fiscal entra em vigor na data de sua publicação, salvo as disposiçoẽs que aumentarem tributos, as quais entrarão em vigor a 1º de janeiro do ano seguinte.

segue .....

TÍTULO I
DOS IMPOSTOS
CAPÍTULO I
DO IMPÔSTO PREDIAL
SEÇÃO I
DA INCIDÊNCIA

Artigo 5º- O impôsto predial tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse a qualquer título de bem imóvel construído, situado na zona urbana do Município.

Artigo 6º- Para os fins deste impôsto considera-se zona urbana:

I- As áreas em que existam pelo menos dois dos seguintes melhoramentos, construídos ou mantidos pelo Poder Público Federal, Estadual ou Municipal:

a)- meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

b)- abastecimento de água;

c)- sistema de esgôtos sanitários;

d)- rêde de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;

e)- escola primária ou posto de saúde, a uma distância máxima de três quilometros do imóvel considerado.

II- As áreas urbanizaveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pela Prefeitura, destinadas à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizadas foradas áreas definidas no inciso anterior.

Parágrafo único- O Executivo delimitará, periódicamente, a linha perimétrica da zona urbana, podendo esta compreender desde logo as áreas a que se refere o inciso II dêste artigo.

Artigo 7º- Para os efeitos dêste impôsto considera-se imóvel construído o que tenha edificação que possa servir para habitação ou para o exercício de qualquer atividade, exceto aqueles imóveis que forem considerados obsoletos, inadequados, condenados ou em ruinas e objeto da incidência do impôsto territorial urbano.

Artigo 8º- A incidência do impôsto independe da ocupação ou do cumprimento de requisitos ou condiçoẽs legais, regulamentares ou administrativas relativas ao imóvel, sendo o impôsto exigido sem prejuizo das cominaçoẽs cabíveis.

SEÇÃO II
DAS IMUNIDADES

segue .....

Artigo 9º- O impôsto predial não incide sôbre:

I- Os imóveis construídos pertencentes ao patrimônio:

a- da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios;

b- das Autarquias criadas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelo Município, quando utilizados em sua finalidades essenciais ou delas decorrentes, excetuando-se os imóveis objeto de promessa de compra e venda e sob regime de financiamento;

c- dos partidos politicos ou de instituiçoẽs de educação ou assistência social, exclusivamente quando utilizados em sua finalidades essenciais, inscritas nos respectivos estatutos ou atos constitutivos.

II- Templos de qualquer culto.

Artigo 10- O disposto na alínea "C" do inciso I, do artigo anterior, subordina-se à observância dos seguintes requisitos pelas entidades nela referidas:

I- não distribuirem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no seu resultado;

II- apliquem integralmente, no País, os seus recursos, na manutenção dos seus objetivos institucionais;

III- mantenham escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar a sua exatidão.

Parágrafo único- Na falta de cumprimento no estatuído nêste artigo, poderá o Executivo suspender a aplicação do benefício com a cobrança do tributo referente ao exercício.

SEÇAO III
DAS ISENÇOẼS

Artigo 11- São isentos do impôsto:

I- os imóveis construídos dentro do perímetro urbano, por cinco anos.

II- os imóveis construídos pertencentes ao patrimônio:

a- de entidades religiosas, quando efetivamente utilizados para sedes, ofícios dos respectivos cultos ou para residências paroquiais, episcopais, seminários ou conventos e templos maçônicos;

segue.....

b- das concessionárias de serviço público federal, quando a União, por lei especial e tendo em vista o interêsse comum, determinar tal benefício, extensivo aos Municípios;

c- das concessionárias de serviço público municipal, nos têrmos - determinados em lei ou contrato;

d- de associaçoẽs beneficentes ou de caridade, em que funcionem, por elas mantidos, hospitais, asilos, creches, ambulatórios ou postos de puericultura, bem como os de entidades culturais, - observado o dispôsto no artigo 10 desta lei;

e- de estabelecimentos de ensino de qualquer grau ou natureza, e os de suas respectivas fundaçõe mantenedoras;

f- de associações esportivas e recreativas regularmente constituidas e sediadas no município, desde que parauso exclusivo das entidades beneficiadas, excetuadas as locações a terceiros para festividades sociais, espetáculos culturais e artísticos ou competições esportivas;

g- de sindicatos e delegacias locais, devidamente reconhecidos e mediante atestado de regular funcionamento expedido pela repar tição competente do Ministério do Trabalho.

Artigo 12- As isenções previstas no artigo anterior deverão ser - solicitadas mediante requerimento, devidamente instruído quanto ao preen chimento de requisitos e demais condições estabelecidas pela legislação municipal, para outorga do benefício.

Artigo 13- O deferimento do pedido de isenção, para o primeiro - exercício, servirá para os seguintes, ficando o beneficiário, para renovação do favor fiscal, obrigado a comunicar ao Fisco anualmente, até o último dia útil de dezembro, que continua preenchendo os requisitos e condições para gozar isenção.

Parágrafo 1º - A inobservância do disposto nêste artigo implicará na perda do benefício.

Parágrafo 2º - No caso de comunicação falsa, além da perda do benefício e sem prejuízo de outras cominações cabíveis, será imposta ao beneficário u'a multa correspondente á 100%(cem por cento) do valor do impôsto devido.

SEÇÃO IV
DO CÁLCULO DO IMPOSTO

Artigo 14- O impôsto calcula-se à razão de 0,8% (oito decimos por cento) sôbre o valor venal do imóvel.

segue.....

Artigo 15- Na determinação do valor venal do imóvel, o Fisco poderá valer-se de quaisquer dos seguintes elementos, tomados em conjunto ou separadamente:

I- declaração do contribuinte, desde que aceita pelo órgão competente da Prefeitura;

II- preços correntes de transaçoẽs de venda, e compra, realizadas nas imediaçoẽs do imóvel considerado;

III- decisoẽs judiciais recentes, transitadas em julgado, em expropriatórias, renovatórias de locação, açoẽs revisionais ou de arbitramento de aluguéis;

IV- localização e características do imóvel;

V- locaçoẽs correntes;

VI- sistemas periciais aceitos para custos de reprodução;

VII- quaisquer outros dados de avaliação tècnicamente recomendáveis.

Parágrafo único- Para efeito dêste artigo, não será computado o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário, no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade.

SEÇÃO V
DOS CONTRIBUINTES

Artigo 16- Contribuinte do impôsto é o proprietário do imóvel construído, o titular do seu domínio útil, o promitente comprador de imóvel adquirido das autarquias de que trata a letra "b" do artigo 9º, ou o seu possuidor a qualquer título.

Artigo 17- O impôsto é devido, a critério do Executivo:

I- pelo possuidor direto, sem prejuízo da responsábilidade solidária dos possuidores indiretos;

II- pelo possuidor indireto, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos demais possuidores indiretos e do possuidor direto.

Parágrafo único- O dispôsto neste artigo aplica-se ao espólio das pessoas nêle referidas.

SEÇÃO VI
DA INSCRIÇÃO

Artigo 18- Todos os imóveis, inclusive os imunes ou isentos, sujeitos ao impôsto predial e localizados na zona urbana do Município, deverão ser inscritos na Prefeitura por iniciativa de seus proprietários ou responsáveis, ou pelos órgãos municipais competentes ante a constatação da existência dêsses imóveis por meio de processos administrativos que a -

segue...

êles se refiram, ou por qualquer forma legal de cadastramento.

SEÇÃO VII

DO LANÇAMENTO

Artigo 19- O lançamento do impôsto é anual e feito, um para cada prédio, no nome do contribuinte ou responsável, na conformidade do disposto no artigo 17.

Parágrafo 1º- Os apartamentos ou unidades em prédios em condomínio, que constituam propriedade autônoma na forma da lei civil terão lançamentos distintos.

Parágrafo 2º- Os imóveis construídos, com entradas para mais de uma via pública, serão lançados por aquela em que houver a entrada principal, ou por aquela em que tiver maior frente, se possuir entradas principais - para mais de uma via pública.

Artigo 20- Considera-se ocorrido o fato gerador no primeiro dia do trimestre imediato àquele em que se operou a construção no terreno, cessando a incidência do impôsto territorial urbano.

Parágrafo único- No caso dêste artigo, com o cancelamento do impôsto territorial urbano efetuar-se-á o lançamento do impôsto predial, pelo trimestre ou trimestres restantes do exercício.

Artigo 21- O Executivo na apuração do valor venal dos imóveis construídos, para efeito de lançamento, publicará " Plantas Genéricas de Valores", elaboradas pelo órgão técnico competente do Município, que conterão:

I- os valores médios unitários dos terrenos;

II- os valores unitários de construçoẽs dos vários tipos especificados na legislação municipal;

III- métodos de avaliação a serem empregados em caráter genérico ou - específico.

Parágrafo único- As " Plantas Genéricas de Valores " vigorarão a - partir do exercício seguinte àquele em que forem publicadas, enquanto não substituídas ou alteradas por outras, no todo ou em parte.

Artigo 22- O valor venal apurado na forma do artigo anterior não - prevalecerá, para efeito de lançamento, quando inferior ao valor venal - determinado em função de quaisquer dos incisos do artigo 15.

Artigo 23- Enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública, poderão efetuar-se lançamentos omitidos por qualquer circunstância nas épocas próprias, retificadas falhas nos lançamentos existentes, admitindo-se, - ainda, quando fôr o caso, lançamentos substitutivos.

segue.....

Parágrafo 1º- Independentemente do pagamento do impôsto, expedir-se-ão lançamentos aditivos, sempre que se constatar a existência de irregularidade ou êrro de fato no lançamento primitivo.

Parágrafo 2º- O lançamento aditivo não invalida o lançamento aditado e, no caso de ter havido pagamento, êste considerar-se-á como quitação parcial do crédito resultante do lançamento aditivo.

Artigo 24- O contribuinte ou responsável será considerado regularmente notificado do lançamento com a entrega do aviso direto.

Parágrafo 1º- Se o lançamento se referir a local ocupado, a comunicação será entregue ao ocupante, ou em endereço diverso, localizado na zona urbana do Município, desde que prèviamente declarado pelo responsável pelo imóvel.

Parágrafo 2º- Não se referindo a local ocupado ou não havendo declaração de endereço, a comunicação considerar-se-á feita mediante simples aviso direto.

SEÇÃO VIII
DA ARRECADAÇÃO

Artigo 25- O pagamento do impôsto far-se-á em quatro (4) prestaçoẽs iguais, na forma, local e prazos regulamentares.

Artigo 26- Decorridos os prazos para pagamentos, os débitos serão acrescidos de multa de 20%(vinte por cento), além de incorrerem em móra, à razão de 1,0(hum por cento) ao mês, devida a partir do mês imediato ao do vencimento e em correção monetária, segundo os índices federais aprovados para débitos fiscais.

Parágrafo 1º- O cálculo da correção monetária far-se-á sôbre o débito principal, acrescido da multa de 20%(vinte por cento), desprezados para êsse fim os juros de mora.

Parágrafo 2º- Para efeito da cobrança dos juros de mora, computar-se-á como mês completo qualquer fração desse período.

Artigo 27- O prazo para pagamento dos lançamentos aditivos será de 30(trinta) a 60(sessenta) dias da sua comunicação, na forma do artigo 24.

CAPÍTULO II
DO IMPÔSTO TERRITORIAL URBANO
SEÇÃO I
DA INCIDÊNCIA

Artigo 28- O impôsto territorial urbano tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel não construído, locali

segue.....

localizado na zona urbana do Município, a que se refere o artigo 6º e - seus incisos.

Artigo 29- Para os efeitos deste impôsto, consideram-se não construídos os terrenos:

I- em que não existir edificação, como definida no artigo 7º ou construção de espécie alguma, salvo muros;

II- em que houver obra paralizada ou em execução, edificaçoẽs obsoletas, inadequadas, condenadas ou em ruínas;

III- em q ue sòmente houver edificação à distância superior a 20(vinte) metros do alinhamento da via pública para a qual tenham - frente;

IV- laterais à edificação, que possam por suas dimensoẽs e caracte - rísticas ser considerados como lotes distintos, com um mínimo de 10(dez) metros de frente;

V- de fundo, que confrontando com outro logradouro comportem cons - trução.

Artigo 30- A incidência do impôsto independe do cumprimento de quaisquer requisitos ou condiçoẽs legais, regulamentares ou administrativas relativas ao imóvel, sendo o impôsto exigido sem prejuízo das cominaçoẽs - cabíveis.

SEÇÃO II
DAS IMUNIDADES

Artigo 31- O impôsto territorial urbano não incide sôbre os terrenos pertencentes ao patrimônio:

I- da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios;

II- das Autarquias criadas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios tão sòmente quando utilizados em suas finalidades essenciais ou delas decorrentes;

III- dos partidos políticos ou de instituiçoẽs de educação ou de assistência social, exclusivamente quando utilizados diretamente em - seus objetivos institucionais, previstos nos respectivos estatutos ou atos constitutivos.

Artigo 32- O disposto no inciso III do artigo anterior subordina-se à observância dos seguintes requisitos pelas entidades referidas:

I- não distribuirem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas - rendas, a título de lucro ou de participação no seu resultado;

II- apliquem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais;

segue.....

III- mantenham escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar a sua exatidão.

Parágrafo único- Na falta de cumprimento do estatuído nêste artigo, poderá o Executivo suspender a aplicação do benefício.

SEÇÃO III

DAS ISENÇÕES

Artigo 33- São isentos do impôsto os terrenos:

I- anexos a templos de qualquer culto;

II- pertencentes ao patrimônio:

a- das concessionárias de serviço público federal quando a União por lei especial e tendo em vista o interesse comum, determinar tal benefício, extensivo aos Municípios;

b- das concessionárias de serviço público municipal, nos têrmos determinados em lei ou contratos;

c- de entidades culturais, observado o dispôsto no artigo 10, - quanto às instituiçoẽs de educação e assistência social;

d- de associaçoẽs desportivas, regularmente constituídas e sediadas no Município, desde que para uso exclusivo das entidades beneficiadas, excetuadas as locaçoẽs a terceiros para - festividades sociais, espetaculos culturais e artisticos ou competiçoẽs esportivas;

e- dos sindicatos, entidades religiosas e sociedades maçonicas quando destinados à construção de sedes, templos ou outras - edificaçoẽs necessárias às suas finalidades institucionais,- cobravel todo o impôsto isentado acrescido de correção monetária, em caso de alienação a qualquer titulo.

Artigo 34- As isençoẽs previstas no artigo anterior deverão ser - solicitadas mediante requerimento, devidamente instruido quanto ao preenchimento dos requisitos e demais condiçoẽs estabelecidas pela legislação municipal, para outorga do benefício.

Artigo 35- O deferimento do pedido de isenção para o primeiro - exercício, servirá para os seguintes, ficando o beneficiário, para renovação do favor fiscal, obrigado a comunicar ao Fisco, anualmente, até o último dia útil de dezembro, que continua preenchendo os requisitos e - condiçoẽs para gozar a isenção.

Parágrafo 1º- A inobservância do dispôsto nêste artigo implicará na perda do benefício.

segue.....

Parágrafo 2º- No caso de comunicação falsa, além da perda do benefício e sem prejuízo de outras cominaçoẽs cabíveis, será imposta ao beneficiário uma multa correspondente a 100%(cem por cento) do valor do impôsto devido.

SEÇÃO IV
DO CÁLCULO DO IMPOSTO

Artigo 36- O impôsto calcula-se à razão de 0,8%(oito decimos por cento) sôbre o valor venal do imóvel.

Artigo 37- Na determinação do valor venal do imóvel o Fisco poderá valer-se de quaisquer dos seguintes elementos tomados em conjunto ou separadamente:

I- declaração do contribuinte, desde que aceita pelo órgão competente da Prefeitura;

II- preços correntes em transações de venda e compra, realizadas nas imediações do imóvel considerado;

III- decisões judiciais passadas em julgado em expropriatórias recentes;

IV- localização, condições e outras características do imóvel;

V- arrendamentos correntes;

VI- quaisquer outros dados de avaliação técnicamente recomendáveis.

SEÇÃO V
DOS CONTRIBUINTES E DOS RESPONSÀVEIS

Artigo 38- Contribuinte do impôsto é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título.

Artigo 39- O impôsto é devido, a critério do Executivo:

I- pelo possuidor direto, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos possuidores indiretos;

II- pelo possuidor indireto, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos demais possuidores indiretos e do possuidor direto.

Parágrafo único- O disposto neste artigo aplica-se ao espólio das pessoas nêle referidas.

SEÇÃO VI
DA INSCRIÇÃO

Artigo 40- Todos os imóveis, inclusive os imunes ou isentos, sujeitos ao impôsto territorial e localizados na zona urbana do Município, deverão ser inscritos na Prefeitura por iniciativa de seus proprietários ou responsáveis, ou pelos órgãos municipais competentes ante a constatação da existência dêsses imóveis por meio de processos administrativos -

que a êles se refiram, ou por qualquer forma legal de cadastramento.

Parágrafo 1º- A inscrição deverá ser feita dentro de 60(sessenta) dias contados:

I- da demolição ou do perecimento das edificaçoẽs existentes no - imóvel;

II- da aquisição que importe em desmembramento do imóvel ou em constituição de parte ideàl;

III- da alteração da forma do lote, por medida judicial ou por acessão como definida na lei civil.

Parágrafo 2º- Serão objeto de uma única inscrição, obrigatòriamente acompanhada de planta:

I- as glebas brutas, desprovidas de melhoramentos, cuja utilização dependa de obras de urbanização;

II- as quadras indivisas, integrantes de loteamento ou arruamento;

III- cada lote isolado ou cada grupo de lotes contíguos, quando da - venda ou promessa de venda de lotes da mesma quadra.

Artigo 41- Deverão ser comunicados à Prefeitura, dentro de 30(trinta) dias contados da data do ato:

I- pelos respectivos adquirentes, as transcriçoẽs no Registro de - Imóveis, de títulos de aquisição de terrenos não construidos;

II- pelos respectivos prómitentes, compradores ou cessionários, as promessas de venda e compra e cessão de direitos destas.

Parágrafo único- A obrigação prevista neste artigo estende-se, no caso de áreas arruadas ou loteadas em curso de venda, ao vendedor e ao - cedente dos direitos relativos à promessa de venda e compra.

SEÇÃO VII
DO LANÇAMENTO

Artigo 42- O lançamento do impôsto é anual e feito, um para cada - terreno, no nome do contribuinte ou responsável, na conformidade do disposto no artigo 39.

Parágrafo 1º- Os terrenos que tenham frente para mais de uma via - pública serão lançados por aquela que possua mais melhoramentos ou, sendo estes iguais, por aquela em que tenha maior testada.

Paragrafo 2º- O impôsto será acrescido de 200%(duzentos por cento) na forma de lançamentos aditivos, nos casos de imóveis cujos proprietários ou responsáveis deixarem de atender intimação para a construção ou reconstrução de muros ou passeios independentemente de outras cominaçoẽs legais cabíveis.

segue.....

Parágrafo 3º- A aplicação do disposto no parágrafo anterior cessará a partir do trimestre seguinte àquele em que tenha sido cumprido o objeto da intimação.

Artigo 43- Considera-se ocorrido o fato gerador:

I- em 1º de janeiro do ano a que corresponda o lançamento, em se tratando de imóvel não construído;

II- ao 1º dia do trimestre imediato àquele em que ocorrer a demolição ou o perecimento da edificação, em se tratando de imóvel construído cessando a incidência do impôsto predial.

Parágrafo único- No caso do inciso II deste artigo, com o cancelamento do impôsto predial, efetuar-se-á o lançamento do impôsto territorial urbano, pelo trimestre ou trimestres restantes do exercício.

Artigo 44- O valor venal dos terrenos, para efeito de lançamento, poderá ser o resultante da aplicação:

I- dos valores médios unitários constantes das " Plantas Genéricas de Valores" a que se refere o artigo 21;

II- de quaisquer dos incisos do artigo 37, se superior ao decorrente do inciso anterior deste artigo.

Artigo 45- Enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública, poderão efetuar-se lançamentos omitidos por qualquer circunstância nas épocas próprias, retificadas falhas nos lançamentos existentes, admitindo-se ainda, quando for o caso, lançamentos substitutivos.

Parágrafo 1º- Independentemente do pagamento do impôsto, expedir-se-ão lançamentos aditivos, sempre que se constatar a existência de irregularidade ou êrro de fato no lançamento primitivo.

Parágrafo 2º- O lançamento aditivo não invalida o lançamento aditado e no caso de ter havido pagamento, este considerar-se-á como quitação parcial do crédito resultante aditivo.

Artigo 46- O contribuinte ou responsável será considerado regularmente notificado do lançamento com a entrega do aviso no endereço declarado pelo proprietário ou responsável pelo imóvel, admitindo-se apenas endereços localizados na zona urbana do Município.

SEÇÃO VIII
DA ARRECADAÇÃO

Artigo 47- O pagamento do impôsto far-se-á em quatro prestaçoẽs, na forma, local e prazos regulamentares.

segue.....

Artigo 48- Decorridos os prazos para pagamento, os débitos serão - acrescidos da multa de 20%(vinte por cento) além de incorrerem em mora à razão de 1,0%(hum por cento) ao mês, devida a partir do mês imediato ao do vencimento, e em correção monetária, segundo os índices federais aprovados para débitos fiscais.

Parágrafo 1º- O cálculo da correção monetária far-se-á sôbre o - principal, acrescido da multa de 20%(vinte por cento), desprezados para êsse fim os juros de mora.

Parágrafo 2º- Para efeito da cobrança dos juros de mora, computar--se-á como mês completo qualquer fração desse período.

Artigo 49- O prazo para pagamento dos lançamentos aditivos será de 30(trinta) a 60(sessenta) dias da sua comunicação, na forma prevista no artigo 46.

CAPÍTULO III
DO IMPÔSTO SÔBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA
SEÇÃO I
DA INCIDÊNCIA

Artigo 50- O Impôsto sôbre Serviços de Qualquer Natureza tem como-fato gerador a prestação de serviços constantes da Lista anexa, com as - respectivas bases de cálculo, por emprêsa, profissional liberal ou autônomo, com ou sem estabelecimento fixo.

Parágrafo 1º- Os serviços incluídos na Lista ficam sujeitos apenas ao impôsto previsto neste artigo, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

Parágrafo 2º- O fornecimento de mercadorias com prestação de serviços não especificados na Lista fica sujeito ao Impôsto de Circulação de Mercadorias.

Parágrafo 3º- Para os efeitos dêste Impôsto, consideram-se serviços os constantes da seguinte

LISTA DE SERVIÇOS:

1- Médicos, dentistas e veterinários..... 40% Sal. Mínimo
2- Enfermeiros, protéticos(prótese dentária),obstretras, ortópticos, fonoaudiólogos, psicólogos ..... 30% Sal. Mínimo
3- Laboratórios de análises clínicas e eletricidade médica ..... 30% Sal. Mínimo

segue.....

4- Hospitais, sanatórios, ambulatórios, prontos-socorros, bancos de sangue, casas de saúde, casas de recuperação ou repouso sob orientação médica.....	1% do preço do serviço	
5- Advogados ou provisionados	40%	Sal. Mínimo
6- Agentes da propriedade industrial	30%	Sal. Mínimo
7- Agentes da propriedade artística ou literaria	20%	Sal. Minimo
8- Peritos e avaliadores	20%	Sal. Minimo
9- Tradutores e interpretes	20%	Sal. Minimo
10- Despachantes	30%	Sal. Minimo
11- Economistas	30%	Sal. Minimo
12- Contadores, auditores, guarda-livros e técnicos em contabilidade.....	30%	Sal. Minimo
13- Organização, programação, planejamento, assessoria, processamento de dados, consultoria - técnica, financeira ou administrativa(exceto os serviços de assistência técnica prestados a terceiros e concernentes a ramo da indústria ou comércio explorados pelo prestador - do serviço	30%	Sal. Minimo
14- Datilografia, estenografia, secretaria e - expediente	30%	Sal. Minimo
15- Administração de bens ou negócios, inclusive consórcios ou fundos mútuos para aquisição - de bens(não abrangidos os serviços executados por instituiçoẽs financeiras).....	30%	Sal. Minimo
16- Recrutamento, colocação ou fornecimento de - mão-de-obra, inclusive por empregados do - prestador de serviços ou por trabalhadores - avulsos por êle contratados	20%	Sal. Minimo
17- Engenheiros, arquitetos, urbanistas.....	40%	Sal. Minimo
18- Projetistas, calculistas, desenhistas técnicos	40%	Sal. Minimo

segue.. .....

19-	Execução, por administração, empreitada -.. ou subempreitada, de construção civil, de óbras hidraulicas e outras semelhantes, inclusive serviços auxiliares ou complementares, exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, - fora do local da prestação dos serviços, - que ficam sujeitas ao ICM.....	2% do preço do serviço
20-	Demolição, conservação e reparação de edifícios, inclusive elevadores neles instalados, estradas, pontes e congêneres,exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que ficam sujeitas ao ICM.....	2% do preço do serviço
21-	Limpeza de imóveis.....	1% do preço do serviço
22-	Raspagem e lustração de assoalhos..	1% do preço do serviço
23-	Desinfecção e higienização	1% do preço do serviço
24-	Lustração de bens móveis, quando o serviço for prestado ao usuário final do objeto - lustrado	1% do preço do serviço
25-	Barbeiros, cabeleireiros, manicures, pedicures, tratamento de pele e outros serviços de saloẽs de beleza.....	20% Sal.Minimo
26-	Banhos, duchas, massagens, ginástica e - congeneres.....	20% Sal.Minimo
27-	Transporte e comunicaçoẽs de natureza estritamente municipal.....	20% Sal.Minimo
28-	Diversoẽs públicas:	
	a- teatros, cinemas, auditorios,taxi-dancings e congêneres.....	1% do preço da renda mensal

b- circos e parques de diversoẽs..... Cr$ 20,00 por espe-
taculo

c- exposiçoẽs com cobrança de ingressos. 1% do preço

d- bilhares, boliches, e outros jogos - permitidos..... 1% mensal do preço do serviço

e- bailes, "schows", festivais, recitais e congêneres..... 2% da renda

f- competiçoẽs esportivas ou de destreza fisica ou intelectual, com ou sem participação do espectador, inclusive as realizadas em auditorios de estaçoẽs de rádio ou televisão..... 2% da renda

g- execução de musica, indivicualmente - ou por conjuntos..... 2% da renda

h- fornecimento de musica mediante transmissão, por qualquer processo..... 2% da renda

29 - Organização de festas,"Bufet"(exceto o - fornecimento de alimentos e bebidas,que ficam sujeitos ao ICM)..... 2% da renda

30 - Agências de turismo, passeios,e excur - soẽs, guias de turismo..... 40% Sal.Mínimo

31 - Intermediação, inclusive corretagem, de bens móveis e imóveis, exceto os serviços mencionados nos itens 58 e 59 ..... 40% Sal. Mínimo

32 - Agenciamento e representação de qualquer natureza, não incluídos no item - anterior e nos itens 58 e 59 ..... 40% Sal. Mínimo

33- Análises técnicas..... 30% Sal. Mínimo

segue.....

34- Organização de feiras de amostras, congressos e congeneres.....	2% da renda
35- Propaganda e publicidade, inclusive planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários; divulgação de textos, desenhos e outros materiais de publicidade, por qualquer meio	2% da renda
36- Armazens gerais, armazens frigorificos e silos; carga, descarga, arrumação e guarda de bens, inclusive guarda-móveis e serviços correlatos..... .	40% Sal. Mínimo
37- Depósitos de qualquer natureza, exceto depósitos feitos em bancos ou outras instituiçoẽs financeiras.....	1% da renda
38- Guarda e estacionamento de veículos.....	2% mensal do preço
39- Hospedagem em hotéis, pensoẽs de congêneres(o valor da alimentação, quando incluído no preço da diária ou mensalidade, fica sujeito ao Impôsto sôbre Serviços)....	1% mensal do preço do serviço
40- Lubrificação, limpeza e revisão de máquinas,aparelhos e equipamentos(quando a revisão implicar em consêrto ou substituição de peças, aplica-se o dispôsto no item 41)	40% Sal. Mínimo
41- Comsêrto e restauração de quaisquer objetos(inclusive, em qualquer caso, o fornecimento parcial de peças, máquinas e aparelhos, cujo valor fica sujeito ao ICM)..	30% Sal. Minimo
42- Recondicionamento de motores(o valor das peças fornecidas pelo prestador do serviço fica sujeito ao ICM).....	30% Sal. Minimo
43- Pintura(exceto os serviços relacionados - com imóveis) de objetos não destinados à comercialização ou industrialização.....	1% mensal do preço do serviço
44- Ensino de qualquer natureza ou grau.....	20% Sal. Minimo

45- Alfaiates, modistas, costureiras(os),prestados ao usuário final quando o material, salvo o de aviamento, seja fornecido pelo usuário.....	30% Sal.Mínimo
46- Tinturaria e lavanderia.....	20% Sal.Minimo
47- Beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, acondicionamento e operações similares de objetos não destinados à comercialização ou industrialização.....	1% mensal do preço
48- Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos prestados ao usuário final do serviço, exclusivamente com material por êle fornecido(excetua-se a prestação do serviço ao Poder Público, às autarquias e às emprêsas concessionárias de produção de energia elétrica)...	2% mensal do preço
49- Colocação de tapetes e cortinas com material fornecido pelo usuário final do serviço.....	2% do preço do serviço
50- Estúdios fotográficos e cinematográficos,inclusive revelação, ampliação, cópia e reprodução; estúdios de gravação e vídeo-tapes para televisão; estúdios fonográficos e de gravação de sons ou ruídos, inclusive dublagens e "mixagem" sonora.....	30% Sal.Mínimo
51- Cópia de documentos e outros papéis,plantas e desenhos, por qualquer processo não incluído no item anterior.....	1% mensal do preço
52- Locação de bens móveis	1% mensal do preço
53- Composição gráfica, clicheria, zincográfia, litografia e fotolitografia.....	1% mensal do preço
54- Guarda, tratamento e amestramento de animais.	1% mensal do preço
55- Florestamento e reflorestamento.....	1% mensal do serviço

56- Paisagismo e decoração(exceto o material fornecido para execução, que fica sujeito ao ICM)...	1% mensal do preço
57- Recauchutagem ou regeneração de pneumáticos....	1% mensal do preço
58- Agênciamento, corretagem ou intermediação de cambio e de seguros.....	1% mensal do preço
59- Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos quaisquer(exceto os serviços executados por instituiçoẽs financeiras, sociedades distribuidoras de títulos e valores e sociedades de corretores, regularmente autorizadas a funcionar)	1% mensal do preço
60- Encadernação de livros e revistas.....	1% mensal do serviço
61- Aerofotogrametria	1% mensal do preço
62- Cobranças, inclusive de direitos autorais.....	1% mensal do preço
63- Distribuição de filmes cinematograficos e de "video-tapes"	1% mensal do preço
64- Distribuição e venda de bilhetes	20% Sal.Mínimo
65- Emprêsas funerárias	30% Sal.Minimo
66- Taxidermistas	30% Sal.Minimo

Parágrafo 4º- Considera-se local da prestação do serviço:

a- o do estabelecimento prestador, ou, na falta de estabelecimento, o do domicílio do prestador;

b- no caso de construção civil, o local onde se efetuar a prestação.

Parágrafo 5º- A incidência do impôsto independe:

I- da existência de estabelecimento fixo;

II- do cumprimento de qualquer exigência legal, regulamentar ou administrativa, relativa à atividade, sem prejuízo das cominaçoẽs cabíveis.

segue.....

Parágrafo 6º- O impôsto não incide:

I- nas hipoteses de imunidades previstas;

II- nas prestaçoẽs de serviços referidos nos itens 43 e 47 quando - relacionados com objetos destinados à comercialização ou industrialização.

Artigo 51- Fica isenta do impôsto a execução por administração ou - empreitadas, de obras hidraulicas ou de construção civil contratadas com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, autarquias e emprêsas - concessionárias de serviços públicos, assim como as respectivas sub-empreitadas.

SEÇÃO II
DAS IMUNIDADES

Artigo 52- O impôsto não incide sôbre os serviços:

I- da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios;

II- das autarquias criadas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios quando vinculados às suas finalidades essenciais ou delas decorrentes;

III- de partidos políticos ou de instituiçoẽs de educação ou de assistência social, quando vinculados às suas finalidades essenciais ou delas decorrentes, desde que:

a- não distribuam qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou participação no seu resultado;

b- apliquem, integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

c- mantenham escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

Parágrafo único- Na falta do cumprimento do estatuído neste artigo, poderá o Executivo suspender a aplicação do benefício.

SEÇÃO III
DAS ISENÇOẼS

Artigo 53- São isentos do impôsto os serviços prestados por:

I- diretores e membros do Conselho Fiscal, Conselho Consultivo ou Administrativos de pessoas juridicas:

II- casas de caridade, sociedades de socorro mútuo ou de estabelecimentos de fins humanitários;

III- associaçoẽs esportivas amadoras;

IV- concessionários de serviço público municipal, nos têrmos determinados em lei ou contratos;

V- estabelecimentos de ensino de qualquer grau ou natureza;

VI- entidades culturais;

VII- circos, desde que ponham à disposição da Prefeitura espetáculos graciosos às crianças escolares do Município;

VIII- sapateiros remendoẽs, faxineiros, garçons, bailarinas e outros trabalhadores avulsos e sem especialização, que trabalhem por conta própria e sem empregados;

IX- alfaiates, costureiras, floristas, bordadeiras, passadeiras, - doceiras, lavadeiras, e outros serviços de artesanato de peque no valor, que trabalhem individualmente, sem empregados e em sua própria residência;

X- vendedor ambulante de bilhetes de loteria;

XI- professores, quando ministrem aulas em caráter particular;

XII- emprêsas teatrais que realizem espetáculos de elevado nível - cultural, a critério do Executivo;

XIII- entidades de assistência social, que eventualmente promovam es petáculos com fins beneficentes, a critério do Executivo;

XIV- estabelecimentos de crédito, financiamento ou investimento;

XV- engraxates que trabalhem por conta própria, individualmente e sem empregados.

SEÇÃO IV
DO CÁLCULO DO IMPÔSTO

Artigo 54- A base do cálculo do impôsto é o preço do serviço, de - conformidade com a tabela anexa a presente lei.

Parágrafo 1º- Para efeito do impôsto, considera-se preço do serviço a receita bruta que lhe corresponde sem qualquer dedução, salvo os - abatimentos ou descontos concedidos independentemente de qualquer condição.

Parágrafo 2º- Na falta dêste preço, ou se não conhecido desde logo, adotar-se-á o corrente na praça, sendo, posteriormente, exigido o - montante do impôsto relativo à diferença de preços porventura apurada.

Artigo 55- O preço de determinados tipos de serviços poderá ser - fixado pelo Executivo, em pauta que reflita o corrente na praça.

Artigo 56- Em casos especiais, na forma do dispôsto em atos baixados pelo Executivo, poderá a autoridade fiscal arbitrar o preço do serviço ou calculá-lo sob o regime de estimativa, podendo ainda determinar o pagamento por verba.

segue.....

Artigo 57- Quando se tratar de prestação de serviços sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, o impôsto será cauculado - por meio de alíquotas fixas ou variáveis, em função de natureza do serviço ou de outros fatores pertinentes, nestes não compreendida a importância a título de remuneração do próprio trabalho.

Artigo 58- Quando os serviços a que se referem os itens 1,2,3,5,- 6,11,12, e 17 da Lista forem prestados por sociedades, estas ficarão - sujeitas ao impôsto, na forma do artigo anterior, calculado em relação a cada profissional habilitado, sócio, empregado ou não, que preste serviço em nome da sociedade, embóra, assumindo responsabilidade pessoal,- nos têrmos da lei aplicável.

Parágrafo 1º- Na prestação de serviços a que se referem os itens 19 e 20 da Lista, o impôsto será calculado sôbre o preço deduzido das - parcelas correspondentes:

a- ao valor dos materiais fornecidos pelo prestador de serviços;
b- ao valor das sub-empreitadas já tributadas pelo impôsto.

Parágrafo 2º- O dispôsto neste artigo não se aplica:

a- às sociedades civis de prestação de serviços profissionais em que exista socio não habilitado para o exercício da profissão a que se propõe a sociedade;
b- às sociedades anonimas ou às sociedades comerciais de qualquer tipo, ou a estas equiparadas;
c- aos profissionais que prestem serviço alheio à profissão para a qual se acham habilitados.

SEÇÃO V
DO CONTRIBUINTE OU RESPONSÁVEL

Artigo 59- O contribuinte é o prestador do serviço.

Parágrafo 1º- Responsável é todo aquele que estiver vinculado ao - fato gerador da obrigação tributária.

Parágrafo 2º- Sem prejuízo do dispôsto neste artigo, a lei pode - atribuir, de modo expresso, a responsabilidade pelo crédito tributário - à terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, - excluída a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-se a este em caráter supletivo do cumprimento total da referida obrigação.

Parágrafo 3º- Não são contribuintes os que prestam serviços em razão de emprêgo, os trabalhadores avulsos, os diretores e membros de conselhos concultivo ou fiscal de sociedades.

segue.....

Artigo 60- O impôsto é devido:

I- pelo prestador do serviço, com ou sem estabelecimento fixo;

II- pelo proprietário do estabelecimento ou do veículo de aluguel, a frete ou de transporte coletivo;

III- pelo locador ou cedente ao uso de:

a- bens móveis;

b- espaço em imóveis para hospedagens, guarda, armazenagem e - serviços correlatos.

IV- por quem seja responsável pela execução das obras referidas nos incisos 19 e 20 da Lista, incluídos nesta responsabilidade os - serviços auxiliares e as sub-empreitadas;

V- pelo sub-empreiteiro de obras referidas no inciso anterior e pelo prestador de serviços auxiliares, tais como os de encanador, eletricista, carpinteiro, marmorista, serralheiro e demais serviços vinculados à obra.

Parágrafo 1º- É responsável, solidariamente com o devedor, o proprietário da obra com relação aos serviços de construção que lhe forem - prestados.

Paragrafo 2º- Toda aquele que se utilizar de serviços prestados por firmas ou profissionais autonomos, não inscritos na repartição fiscal - competente, deverá reter o impôsto correspondente na fonte.

Paragrafo 3º- A não retenção do impôsto na fonte a que se refere o paragrafo anterior implica na responsabilidade fiscal daquele que se utiliza do serviço.

Artigo 61- Cada estabelecimento do mesmo contribuinte é considerado autônomo, para efeito exclusivo da manutenção de livros e documentos fiscais e para recolhimento do impôsto relativo aos serviços nêle prestados, respondendo a emprêsa pelos débitos, acrescimos e multas referentes a qualquer dêles.

Artigo 62- São pessoalmente responsáveis:

I- o adquirente ou remitente do estabelecimento, pelo impôsto relativo aos bens adquiridos ou remidos, nos casos de concordata ou falência, sem a prova de quitação dos tributos municipais;

II- a pessoa jurídica resultante de fusão, transformação ou incorporação, pelos débitos da sociedade fusionada, transformada ou incorporada, existentes à data daquêles atos;

III- a pessoa natural ou jurídica que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento, e continuar

segue....

a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou - sob firma ou nome individual, pelos débitos relativos ao fundo - ou ao estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato, das seguintes formas:

a- integralmente, se o alienante cessar a exploração da atividade;

b- subsidiàriamente com o alienante, se este prosseguir na - atividade ou iniciar, dentro de seis(6) mêses, a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo.

Parágrafo único- O dispôsto no inciso II aplica-se ao caso de pessoas juridicas, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma individual.

SEÇÃO VI
DA INCRIÇÃO E DECLARAÇÃO

Artigo 63- O contribuinte ou responsável é obrigado a inscrever cada um de seus estabelecimentos na repartição fiscal competente, considerando-se estabelecimento o local da obra, no caso de construtor ou empreiteiro sediado ou domiciliado em outro município.

Parágrafo 1º- A inscrição será feita em formulário próprio no qual o contribuinte ou responsável declarará sob sua exclusiva responsabilidade, na forma, prazo e condiçoẽs regulamentares, todos os elementos exegidos pela legislação municipal.

Parágrafo 2º- Como complemento dos dados para inscrição, o contribuinte ou responsável é obrigado a anexar ao formulario a documentação - exigida pelo regulamento e a fornecer, por escrito ou verbalmente, a critério do fisco, quaisquer informaçoẽs que lhe forem solicitadas.

Parágrafo 3º- Quando o contribuinte ou responsável não puder apresentar, no ato da inscrição, a documentação exigida, ser-lhe-á concedida inscrição condicional, fixando-lhe a repartição competente prazo razoavel para que satisfaçã as exigências da legislação municipal.

Artigo 64- O profissional responsável pelos serviços a que se referem os incisos 19 e 20 da Lista de Serviços preencherá, independentemente da inscrição pelo proprietário da obra, o formulário aprovado pela Prefeitura com os dados exigidos.

segue.....

Artigo 65- Além da inscrição, o contribuinte apresentará anualmente, declaração contendo os informes que venham a ser determinados em Regulamento, que se destinem ao contrôle estatístico da arrecadação do impôsto.

Parágrafo único- Tanto na declaração a que se refere este artigo - como na inscrição prevista no artigo 63, quando se tratar de pessoas sujeitas a escrita comercial ou fiscal, far-se-á necessária a assinatura - do contabilista, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, o qual será responsável solidário pela veracidade e acêrto das - informaçoẽs e dados constantes de tais documentos.

Artigo 66- A inscrição será obrigatòriamente renovada, no prazo - fixado em Regulamento, sempre que ocorrer qualquer modificação nas declaraçoẽs constantes do formulário.

Artigo 67- A transferência, a venda e o encerramento de atividade serão comunicados no prazo regulamentar à repartição fiscal competente.

Artigo 68- Feita a inscrição, a repartição autenticará um cartão - numerado, devolvendo-o ao contribuinte ou responsável.

Artigo 69- O número de inscrição aposto no cartão referido no artigo anterior será impresso em todos os documentos fiscais emitidos pelo contribuinte ou responsável.

SEÇÃO VII
DA ESCRITA E DOCUMENTAÇÃO FISCAL

Artigo 70- O contribuinte ou responsável, salvo os referidos no artigo 58, ficam obrigados a manter, em cada um dos estabelecimentos obrigados a inscrição, escrita fiscal destinada ao registro das prestaçoẽs - de serviços efetuados, ainda que não tributáveis.

Parágrafo único- O Regulamento estabelecerá os modêlos de livros - fiscais, a forma e os prazos para sua escrituração, podendo ainda dispor sôbre dispensa ou obrigatoriedade, de manutenção de determinados livros, tendo em vista a natureza dos serviços ou o ramo de atividade dos estabelecimentos.

Artigo 71- Os livros fiscais não poderão ser retirados do estabelecimento, a não ser nos casos expressamente previstos, presumindo-se retirado o livro que não for exibido ao fiscal dentro de 72(setenta e duas) horas da notificação.

segue.....

Artigo 72- Os livros fiscais que serão impressos, e de folhas numeradas tipográficamente, sòmente serão usados depois de visados pela repartição fiscal competente, mediante têrmo de abertura.

Parágrafo 1º- Salvo na hipotese de inicio de atividade, os livros novos sòmente serão visados mediante a apresentação dos livros correspondentes a serem encerrados.

Parágrafo 2º- Os livros serão visados dentro do prazo de dois(2) dias úteis,

Artigo 73- Os livros fiscais e comerciais são de exibição obrigatoria ao Fisco, devendo ser conservados, por quem deles tiver feito uso, durante o prazo de cinco(5) anos,contados do encerramento.

Parágrafo 1º- Para os efeitos deste artigo, não tem aplicação quaisquer disposiçoẽs legais excludentes ou limitativas do direito do Fisco de examinar os livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais dos prestadores de serviço.

Parágrafo 2º- Os contabilistas serão responsabilizados, juntamente com os contribuintes, por qualquer falsidade de documentos que assinarem e pela irregularidade s de escrituração praticadas com o fito de fraudar a Fazenda Municipal.

Artigo 74- Por ocasião da prestação de serviço, deverá ser emitida "Nota Fiscal" com as indicaçoẽs, utilização e autenticação determinadas em regulamento.

Artigo 75- A impressão de "Notas Fiscais" obedecerá às normas fixadas pelo Executivo, em Regulamento.

Paragrafo único- As emprêsas tipograficas que realizarem a impressão de "Notas Fiscais" são obrigadas a possuir livros de registro dessas notas, remetendo mensalmente à Prefeitura Municipal relação respectiva.

Artigo 76- O Regulamento poderá dispensar as emissoẽs de "Notas Fiscais" para estabelecimento que utilizem sistemas de contrôle de seu movimento diário baseados em maquinas registradoras, que expeçam cupons numerados seguidamente para cada operação e disponham de totalizadores.

Parágrafo único- A autoridade fiscal poderá estabelecer a exigência de autenticação das fitas e da lacração dos totalizadores e somadores.

SEÇÃO VIII

RECOLHIMENTO DO IMPOSTO

Artigo 77- O contribuinte ou responsável deverá recolher, por guia,

segue.....

nos prazos regulamentares, o impôsto correspondente aos serviços prestados em cada mês vencido.

Parágrafo 1º- O recolhimento da retenção prevista no parágrafo 2º do artigo 60 deverá ser procedido na forma prevista pelo regulamento.

Parágrafo 2º- A repartição arrecadadora declarará, na guia, a importância recolhida, fará a necessária autenticação e devolverá uma das guias ao contribuinte ou responsável, para que a conserve em seu estabelecimento pelo prazo regulamentar.

Paragrafo 3º- A guia obedecerá modêlo aprovado pela Prefeitura.

Paragrafo 4º- Os recolhimentos serão escriturados pelo contribuinte ou responsável, na forma e condiçoẽs regulamentares.

Artigo 78- É facultado ao Executivo, tendo em vista as peculiaridades de cada atividade, adotar outra forma de recolhimento, determinando que este se faça antecipadamente, operação por operação, ou por estimativa em relação aos serviços de determinado período.

Parágrafo 1º- No regime de recolhimento por antecipação, nenhuma nota, fatura ou documento poderá ser emitido sem que haja suficiente provisão de verba.

Parágrafo 2º- A norma estatuída no parágrafo anterior aplica-se a emissão de bilhete de ingresso em jogos ou diversões públicas.

Artigo 79- Os profissionais referidos no artigo 57 deverão recolher o impôsto, anualmente, em quatro prestaçoẽs iguais, no prazo determinado no Regulamento.

SEÇÃO IX

DAS INFRAÇOẼS E PENALIDADES

Artigo 80- Constitui infração toda a ação ou omissão que importe em inobservância, por parte de pessoa natural ou jurídica, das normas estabelecidas por esta lei, por seu Regulamento ou pelos atos administrativos de caráter normativo destinados a complementá-los.

Parágrafo único- Respondem pelas infraçoẽs, conjunta ou isoladamente, todos os que, de quaquer forma, concorram para sua prática ou dela se beneficiem.

Artigo 81- As infraçoẽs serão puniveis com multas:

I- de 50%(cinquenta por cento) do salário mínimo vigente na região, por exercer atividade sujeita ao impôsto sem a respectiva inscrição;

II- de 10%(dez por cento) sôbre o montante do impôsto, aos que deixarem de efetuar o respectivo recolhimento nos prazos regulamentares, além de incorrerem em mora, à razão de 1,0%(hum por cento

ao mês, devida a partir do mês seguinte ao do vencimento, com - correção monetária, custas e despesas judiciais;

III- 25%(vinte e cinco por cento) sôbre o montante do impôsto observada a imposição mínima de 50%(cinquenta por cento) do salário - mínimo vigente na região:

a- aos que, sujeitos ao pagamento do impôsto por estimativa, sonegarem documentos necessários à fixação do valor estimado do impôsto;

b- aos que, sujeitos a escrita fiscal, deixarem de lançar no livro próprio o impôsto realmente devido;

c- aos que, por força da legislação municipal, estando dispensado da escrita fiscal, deixarem de recolher o impôsto devido;

d- aos que infringirem o dispôsto no § 2º do artigo 60 desta lei;

e- aos que, por qualquer forma, embaraçarem ou iludirem a ação - fiscal, ou se recusarem a apresentar livros e documentos fiscais ou comerciais;

f- aos que, embora tenham escriturado no livro próprio o impôsto devido, não providenciarem o seu recolhimento;

g- aos que, por ocasião dos espetáculos previstos no inciso 28- -Diversoẽs Públicas- da Lista de Serviços, não providenciarem a emissão de bilhetes de ingresso ou congêneres, a que estiverem sujeitos;

h- aos que deixarem de inutilizarem bilhetes de ingresso ou congêneres, no ato do recolhimento na portaria, ou fizerem com - que os mesmos, já utilizados, retornem à bilheteria.

IV- de 5%(cinco por cento) do valor tributável, aos que, não obrigados ao pagamento do impôsto, deixarem de emitir "Nota Fiscal" ou outros documentos de contrôle exigidos pela legislação;

V- de 10%(dez por cento) do salário mínimo vigente na região, aos - que deixarem de apresentar no setor do I.S.S., dentro do prazo regulamentar, a guia apropriada quando houver movimento de receita;

VI- igual valor tributável, aos que, indevidamente emitirem "Nota = Fiscal" destinada à operação não tributada ou isenta, e aos que, em provento próprio ou alheio, se utilizarem dessas Notas, para produção de qualquer efeito fiscal;

VII- de 25%(vinte e cinco por cento) do salário mínimo vigente na região:

a- pelo não atendimento à intimação;

b- pelo uso de livro fiscal em desacôrdo com o Regulamento;
c- por atraso na escrituração dos livros fiscais;
d- pelo uso de livros fiscais sem a respectiva autenticação;
e- pela não emissão de quaisquer documentos exigidos pela legislação e não previstos nas infraçoẽs prudentes;
f- pela não comunicação, no prazo regulamentar de transferência, venda, encerramento ou qualquer outra alteração;
g- para os que cometerem infração para a qual não haja penalidade especifíca nêste capítulo.

Parágrafo único- Nas infraçoẽs previstas nos incisos III, IV e V, - se resultarem de artifício doloso ou apresentarem evidente intuito de - fraude, a multa será de 50%(cinquenta por cento) do valor do impôsto, e nunca inferior a 1(um) salário mínimo vigente na região.

Artigo 82- A reincidência punir-se-á com multa em dôbro e a cada - reincidência subsequente aplicar-se-á essa penalidade, acrescida de 20% (vinte por cento).

Parágrafo único- Considera-se reincidência a nova infração cometida pela mesma pessoa natural ou jurídica, dentro de 1(hum) ano da data que passar em julgado, administrativamente, a decisão condenatória consequente da infração anterior.

Artigo 83- O contribuinte ou responsável, que reincidir em infração a êste capítulo, poderá ser submetido, por ato do Executivo, a sistema - especial de contrôle e fiscalização, disciplinado em Regulamento.

Artigo 84- O valor da multa será reduzido de 20%(vinte por cento), se o infrator, conformando-se com a aplicação da penalidade, efetuar o - pagamento das importâncias exigidas no prazo previsto para interposição de recursos.

Parágrafo único- Não se aplica o disposto neste artigo às infraçoẽs previstas nos incisos II e III do artigo 81.

Artigo 85- O pagamento do impôsto é sempre devido, independentemente da pena que houver de ser aplicada.

SEÇÃO X

DOS BENS E EFEITOS FISCAIS EM SITUAÇÃO IRREGULAR

Artigo 86- Serão apreendidos e apresentados à Repartição competente, mediante as formalidades legais, os bens "Notas Fiscais" e guias que contravenham as disposiçoẽs reguladoras dêste impôsto, bem como tôdas as - coisas móveis que forem necessárias à comprovação das infraçoẽs.

segue.....

Parágrafo 1º- Se não for possivel a remoção dos objetos apreendi - dos, o apreensor, tomadas as necessárias cautelas, incumbir-se-á da sua guarda ou depósito mediante têrmo de depósito, ou indicará pessoa idônea para substituí-lo, sob as mesmas condiçoẽs.

Parágrafo 2º- Se a prova das faltas existentes em livros ou documen tos fiscais ou comerciais, ou verificada através dêles, independer de - outras verificaçoẽs, será feita a apreensão do documento que contiver a infração ou que comprovar a sua existência.

Artigo 87- Os bens apreendidos poderão ser restituídos antes do jul gamento definitivo do processo, a requerimento da parte, mediante depó - sito do valor do impôsto exigido e do máximo da multa aplicável, ou mediante prestação de fiança idônea, ficando traslado no processo dos elementos necessários ao esclarecimento da infração.

SEÇÃO XI
DISPOSIÇOẼS GERAIS

Artigo 88- Na guia de recolhimento do impôsto sôbre a prestação de serviços previstos nos itens 19 e 20 da Lista deverá ser mencionado, no espaçõ reservado à "Discriminação da Receita", o local da obra a que se refere tal recolhimento.

Artigo 89- A prova de quitação dêste impôsto é indispensável à - expedição de " Carta de Habitação" ou "Auto de Vistoria" e à conserva - ção de obras particulares.

Artigo 90- Em casos especiais, e tendo em vista facilitar o compri mento pelo contribuinte das obrigaçoẽs fiscais, poderá o Executivo permitir a adoção de regime especial, tanto para recolhimento do impôsto - como para a emissão ou dispensa de documentos e escrituração de livros fiscais.

TÍTULO II
DAS TAXAS
CAPÍTULO I
DAS TAXAS DE LICENÇA
DA TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, INDUSTRIAIS, PROFISSIONAIS E SIMILARES.

SEÇÃO I
DA INCIDÊNCIA

Artigo 91- A taxa de licença para localização e funcionamento de - estabelecimentos comerciais, industriais, profissionais e similares tem segue.

como fato gerador o licenciamento obrigatório dos mesmos, bem como a sua fiscalização quanto às posturas sôbre construçoẽs e edificaçoẽs e às administrativas constantes da legislação municipal, relativas à higiene, - saúde, segurança, moralidade e sossêgo públicos.

Parágrafo 1º- Incluem-se nas disposiçoẽs desta taxa:

I- os comerciantes, industriais e profissionais estabelecidos ou não, inclusive os que comerciarem nas feiras-livres, sem prejuízo dos preços fixados pelo Executivo, para ocupação da área em logradouro público;

II- os depósitos de mercadorias, mesmo fechados, os escritórios e outras dependências, mantidos para o exercício de quaisquer atividades, bem como as sedes sociais e demais dependências de entidades desportivas, culturais ou recreativas.

Parágrafo 2º- As atividades cujo exercício dependa de autorização - de competência exclusiva da União, ou do Estado, não estão isentas da - taxa de que trata êste artigo.

DO LICENCIAMENTO

Artigo 92- Nenhum estabelecimento comercial, industrial, profissional e similar, bem como aquêles citados no parágrafo 1º, incisos I e II, do artigo anterior, poderá instalar-se no Município, nem iniciar atividades, sem prévia licença de localização e funcionamento outorgada pela - Prefeitura.

Artigo 93- A licença deverá ser colicitada pelo contribuinte ou responsável à repartição municipal competente, antes do início das atividades ou da mudança de qualquer ramo destas, na forma da legislação municipal.

SEÇÃO III

DO CÁLCULO DA TAXA

Artigo 94- A taxa calcula-se de acôrdo com a seguinte tabela:

I- Comércio	Período	%	Sal.Mín.	
a- de generos alimenticios.....	anual	50%	"	"
b- de bebidas alcoolicas	anual	60%	"	"
c- restaurantes, hoteis e pensoẽs.....	anual	40%	"	"
d- outros ramos de atividade.....	anual	50%	"	"
II- Estabelecimento de crédito, financiamento - ou investimento.....	anual	2	Sal.Min.	
III- Diversoẽs públicas:				
a- bailes e festas	anual	10%	Sal.Mín.	

segue.....

	b- casas de diversão	anual	20%	Sal.Mín.	
	c- casas de espetaculo(circos e parques)...	diário	5%	"	"
	d- restaurantes dançantes, boates e similares.....	anual	10%	"	"
	e- demais espetaculos	diario	10%	"	"
	f- boliches, bilhares, e outros jogos de - mesas, cancha ou pista	anual	50%	"	"
	g- outras diversoẽs públicas.....	anual	50%	"	"
IV-	Profissionais liberais e similares..	anual	50%	"	"
V-	Profissionais que exerçam atividades sem - aplicação de capital	anual	40%	"	"
VI-	Postos de serviços para veiculos.....	anual	60%	"	"
VII-	Oficinas de consertos	anual	40%	"	"
VIII-	Barbeiros e cabeleireiros	anual	20%	"	"
IX-	Máquinas de beneficiamento	anual	60%	"	"
X-	Depósitos	anual	50%	"	"
XI-	Escritórios e outras dependencias.....	anual	60%	"	"
XII-	Outros ramos de atividade.....	anual	50%	"	"
XIII-	Indústria	anual	60%	"	"

SEÇÃO IV
DOS CONTRIBUINTES

Artigo 95- Contribuintes são tôdas as pessoas físicas ou jurídicas - sujeitas ao licenciamento obrigatório para as atividades comerciais, industriais, profissionais e assemelhadas, inclusive as relacionadas a qualquer modalidade de jogos e diversoẽs públicas.

SEÇÃO V
DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO

Artigo 96- A taxa é devida anualmente, mensalmente ou por dia, conforme especificaçoẽs constantes das tabelas anexas, devendo ser arrecadadas adiantadamente, por meio de guia, as mensais e diárias. Quando devida anualmente, salvo exceçoẽs, especificadas, será lançada em nome do contribuinte, ou responsável, para recolhimento em prestaçoẽs trimestrais através de avisos-recibos, nos prazos a serem determinados em regulamentos ou editais.

Parágrafo 1º- A taxa não será devida quando relativa a sedes sociais e a outras dependências de entidades esportivas, culturais, recreativas,- sindicais e de instituiçoẽs de assistência social, bem como quando referente a exposiçoẽs artísticas e ao exercício profissional por motoristas

segue---

de táxis.

Parágrafo 2º- Serão inscritos, para pagamento trimestral, os estabelecimentos ou as atividades que iniciarem seu funcionamento entre 1º de janeiro a 31 de março, ressalvado o disposto no parágrafo 5º.

Parágrafo 3º- O pedido de licença, depois de 31 de março, obrigará - o contribuinte, sujeito à tabela anual, ao pagamento das prestaçoẽs trimestrais, a partir do trimestre em que se verificar o início da atividade.

Parágrafo 4º- As mesmas regras dos parágrafos 2º e 3º dêste artigo - serão aplicadas no caso de acréscimo de algum ramo ou atividade tributável, que altere o valor das taxas devidas.

Parágrafo 5º- Quando a abertura ou o acrescimo tributável ocorrer - nos últimos 15(quinze) dias de um trimestre, não será devida nenhuma taxa correspondente a essa fração de tempo, satisfeita a exigência da entrada prévia do requerimento na Prefeitura ou levando-se em conta a data de sua comunicação pela fiscalização municipal.

Paragrafo 6º- Quando o encerramento das atividades ocorrer nos 15 - (quinze) primeiros dias de um trimestre, não serão devidas as taxas correspondentes a essa fração de tempo, se o interessado houver apresentado o competente requerimento à Prefeitura dentro daquele prazo.

SEÇÃO VI

DAS INFRAÇOẼS

Artigo 97- As infraçoẽs ao disposto quanto à taxa de licença para - localização e funcionamento dos estabelecimentos comerciais, industriais e similares, serão punidas:

I- com o acrescimo de 20%(vinte por cento) nos casos de não pagamento nos prazos regulamentares além dos juros de mora, devidos à razão de 1,0% (hum por cento) ao mês, a partir do mês imediato ao - do vencimento, da correção monetária, das custas e despesas judiciais, quando cabíveis;

II- com a multa de 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente no - Município, e em dôbro em cada reincidência, nos demais casos.

DA TAXA DE LICENÇA PARA NEGOCIANTES AMBULANTES

SEÇÃO I

DA INCIDÊNCIA

Artigo 98- A taxa de licença para negociantes ambulantes tem como - fato gerador o licenciamento obrigatório daquêles, bem como a sua fiscalização quanto às normas concernentes à higiene e saúde.

segue-.....

SEÇÃO II

DO LICENCIAMENTO

Artigo 99- O exercício do comércio ambulante, por conta própria ou - de terceiros, dependerá sempre de licença da Prefeitura.

Parágrafo 1º- A licença a que se refere o presente artigo será concedida em conformidade com as prescriçoẽs da legislação municipal.

Parágrafo 2º- A licença será para o interessado exercer o comércio - ambulante nos logradouros públicos ou em lugares de acesso franqueado ao público, não lhe dando direito a estacionamento.

SEÇÃO III

DO CÁLCULO DA TAXA

Artigo 100- A taxa é devida anualmente, mensalmente ou por dia, conforme especificaçoẽs constantes da seguinte tabela:

Ambulantes residentes no município

1- Frutas e verduras	Isento
2- Artigos e produtos destinados à alimentação:	
a) sem condução	anual- 10% Sal. Mínimo
b) com condução	anual- 20% Sal. Minimo
3- Demais produtos:	
a) sem condução	diário- 5% Sal. Minimo
	mensal- 15% Sal. Minimo
	anual - 50% Sal. Minimo
b) com condução	diário- 10% Sal. Minimo
	mensal- 25% Sal. Minimo
	anual - 1 Sal. Minimo

Ambulantes não residentes no município

1- Fotografos	semanal- 10% Sal. Minimo
2- Frutas e verduras.....	
a) sem condução	diario- 2% Sal. Minimo
	mensal- 10% Sal. Minimo
	anual - 30% Sal. Minimo
b) com condução	diario- 5% Sal. Minimo
	mensal- 20% Sal. Minimo
	anual - 1 Sal. Minimo
3- Artigos e produtos destinados à alimentação:	

segue.....

a) sem condução ..... diário - 5% Sal. Min.
mensal - 20% Sal. Min.
anual - 60% Sal. Min.

b) com condução ..... diario - 10% Sal. Min.
mensal - 50% Sal. Min.
anual - 2 Sal. Min.

4- Demais produtos:

a) sem condução ..... diario - 15% Sal. Min.
anual - 1 Sal. Min.

b) com condução ..... diario - 25% Sal. Min.
anual - 2 Sal. Min.

SEÇÃO IV

Artigo 101- O contribuinte é o negociante ambulante, sem prejuízo - da responsabilidade solidária de terceiros, se aquêle fôr empregado ou - preposto dêste.

SEÇÃO V

DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO

Artigo 102- A taxa é devida anual, mensal ou diariamente e arrecadada adiantadamente por guia em nome do contribuinte ou responsável na forma e no prazo determinados em regulamento, sem prejuízo dos preços fixados pelo Executivo pela ocupação de área nos locais permitidos.

SEÇÃO VI

Artigo 103- As infraçoẽs ao disposto quanto à taxa de licença para negociantes ambulantes serão punidas:

I- com acrescimo de 20%(vinte por cento), nos casos de não pagamento nos prazos regulamentares;

II- com multa de 50%(cinquenta por cento) sôbre o valor da taxa devida, para os infratores das disposiçoẽs regulamentares, previstas no Código de Posturas.

DA TAXA DE LICENÇA PARA PUBLICIDADE

SEÇÃO I

DA INCIDÊNCIA

Artigo 104- A taxa de licença para publicidade tem como fato gerador o licenciamento obrigatório para a exploração ou utilização de publicidade nas vias e logradouros públicos, ou que possam ser visíveis - dêstes últimos, ou em quaisquer locais de acesso ao público.

segue.....

SEÇÃO II

Artigo 105- O contribuinte ou responsável é a pessoa natural ou jurídica:

I- Que faça qualquer espécie de anúncio nos lugares referidos - no artigo anterior;

II- que explore ou utilize, com objetivos comerciais, a divulgação de anúncios de terceiros, nesses mesmos locais;

III- a quem o anúncio aproveite, a juízo da repartição municipal competente, quanto ao anunciante ou ao objeto anunciado.

SEÇÃO III

DO LICENCIAMENTO

Artigo 106- Nenhuma publicidade, nos locais a que se refere o - artigo 104 poderá fazer-se sem prévia licença da Prefeitura, na forma constante em regulamento.

Artigo 107- A transferência de anúncios para local diverso do - licenciamento deverá preceder-se de prévia comunicação à repartição municipal competente, sob pena de serem considerados como novos.

SEÇÃO IV

DO CÁLCULO DA TAXA

Artigo 108- A taxa calcula-se por ano, mês ou por dia, na conformidade da seguinte tabela:

1- Anúncios de terceiros, nas partes externa . ou interna de estabelecimentos comerciais e industriais .... Cr$ 20,00- anual

2- Anúncios de terceiros em recinto onde se - realizem diversoẽs públicas..... Cr$ 20,00- mensal

3- Anúncios provisórios de liquidação,ofertas especiais e dizeres semelhantes, nas partes externa ou interna de estabelecimentos..... Cr$ 10,00- mensal

4- Anúncios em pano, sôbre a via pública..... Cr$ 10,00- mensal

5- Anúncios na platibanda, telhado, andaime - ou tapume, muros e interior de terrenos, - por anunciante e local..... Cr$ 20,00- mensal

6- Anúncios em mesas, cadeiras, bancos e relegios nas vias públicas,por anuncio..... Cr$ 10,00- mensal

segue.....

7- Anúncios por meio de veiculos, destinados a qualquer modalidade de publicidade sonora..... Cr$ 20,00- mensal

8- Cartazes em papel, colocados em andaimes,muros e quadros apropriados,pela duração do cartaz.. Cr$ 10,00- pela duração

9- Quadros próprios para afixação de cartazes, - além do devido por êstes, por quadro..... Cr$ 10,00- mensal

10- Anúncios levados por pessoas, veículos ou semoventes..... Cr$ 5,00- por dia

11- Anúncios de terceiros, em veículos, com exceção dos de transporte coletivo, destinados - exclusivamente à publicidade:

a)- por dia ..... Cr$ 10,00

b)- por mês..... Cr$ 150,00

Artigo 109- As licenças anuais serão válidas para o exercício em que forem concedidas, desprezados os trimestres já decorridos.

Artigo 110- O período de validade das licenças mensais ou diárias -- constará do recibo de pagamento da taxa, recolhida por antecipação.

SEÇÃO V

DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO

Artigo 111- O lançamento da taxa far-se-á no nome:

I- de quem requerer a licença;

II- do contribuinte ou responsável, a juízo da Prefeitura, nos casos de lançamento de ofício, sem prejuízo das cominaçoẽs legais, regulamentares ou administrativas.

Artigo 112- Quando no mesmo meio de propaganda existir anúncio de - mais de um contribuinte ou responsável, cada um dêstes será objeto de - lançamento distinto.

Artigo 113- Não havendo na tabela especificação própria para a publicidade, a taxa será lançada e arrecadada pela rubrica mais semelhante à especie, a juízo da repartição municipal competente.

Artigo 114- Os anúncios que contiverem dizeres em idioma estrangeiro serão taxados em dôbro, salvo os que contiverem:

I- a tradução para o vernáculo, em caracteres maiores ou, por qualquer forma, em maior evidência;

II- nomes próprios ou denominaçoẽs, por natureza intraduzíveis.

segue.....

Artigo 115- A taxa será arrecadada por antecipação, mediante - guia aprovada pela Prefeitura e preenchida pelo contribuinte ou responsável:

I- as iniciais no ato da concessão da licença;

II- as posteriores:

a) quando anuais, até 15 de janeiro de cada ano;

b) quando mensais, até o dia 10 de cada mês;

c) quando diarias, no ato do pedido.

Artigo 116- A publicidade efetuada sem licença, quando passivel de permissão, ou o não pagamento da taxa nos prazos referidos nos incisos do artigo anterior, determinará o lançamento de ofício, vencivel em quinze dias da sua entrega ao sujeito passivo, preposto ou empregado, com acrescimo de:

I- 50%(cinquenta por cento), na primeira hipótese, além das sanções previstas na legislação municipal;

II- 20% (vinte por cento), na segunda.

Parágrafo único- Ao débito não pago no prazo fixado nêste artigo somar-se-ão juros moratórios à razão de 1,0% (hum por cento), ao - mês devidos a partir do mês imediato ao do vencimento, correção monetária, custas e despesas judiciais.

SEÇÃO VI

DAS INFRAÇÕES

Artigo 117- A colocação de anúncio em locais não permitidos será punida, sem prejuízo da retirada ou apreensão, com a multa de .... Cr$ 30,00 (trinta cruzeiros), aplicada em dôbro na reincidência ou na desobediência à intimação para retirada ou suspensão do anúncio.

DA TAXA DE LICENÇA PARA OBRAS E CONSTRUÇÕES, INSTALAÇÕES, ARRUAMENTOS E LOTEAMENTOS.

SEÇÃO I

DA INCIDÊNCIA

Artigo 118- Dependerá de licença prévia da Prefeitura, e pagamento da respectiva taxa, o início de tôda e qualquer construção, reconstrução, reforma, reparo, acréscimo ou demolição de edifícios, casas, assim como o arruamento ou o loteamento de terrenos, e quaisquer outras obras em imóveis particulares.

SEÇÃO II

DA LICENÇA E DA APROVAÇÃO DOS PROJETOS

segue.....

Artigo 119- A licença só será concedida mediante prévia aprova - ção das plantas ou projetos das obras, na forma da legislação urbanística aplicável.

Artigo 120- A aprovação dos projetos e as licenças para a sua - execução deverão ser prèviamente solicitadas, mediante requerimento - instruído com os elementos e documentos exigidos pela legislação municipal pertinente a cada caso.

SEÇÃO III

DO CÁLCULO DA TAXA

Artigo 121- As taxas são calculadas de acôrdo com a seguinte tabela:

I-	Projetos residenciais:			
	a) uni-habitacionais.....	10%	Sal.	Mínimo vigente
	b) pluri-habitacionais.....	20%	"	" "
II-	Projetos para os demais usos.....	10%	"	" "
III-	Projetos de reformas com acréscimos de área	5%	"	" "
IV-	Projetos de urbanização	30%	"	" "

Parágrafo 1º- Para os casos de substituição ou modificação de - projetos são cobradas novas taxas de acôrdo com a tabela.

Parágrafo 2º- Nos casos de utilização mista são adotadas as taxas de maior valor estabelecidas pela tabela.

SEÇÃO IV

DAS ISENÇOÊS

Artigo 122- São isentas desta taxa:

a)- as obras realizadas em imóveis de propriedade da - União, do Estado e de suas autarquias e fundaçoẽs;

b)- a construção de muro de arrimo ou de muralhas de - sustentação, quando no alinhamento da via pública,- assim como de passeios, quando do tipo aprovado pela Prefeitura;

c)- a limpeza ou pintura, externa ou interna, de edifícios, casas, muros ou grades;

d)- a construção de reservatórios de qualquer natureza, para abastecimento de água;

e)- a construção de barracoẽs destinados a guarda de materiais de obras já licenciadas;

segue.....

f) moradias econômicas- até 60 m2 de construção -, motéis e hotéis;
g) edificaçoẽs culturais, compreendendo as educacionais,- as culturais em geral e as religiosas;
h) as edificaçoẽs recreativas, compreendendo cinemas, teatros, balneários, clubes sociais e esportivos e está - dios;
i) as edificaçoẽs assistenciais, compreendendo hospitais, casas de saúde, asilos, creches, ambulatórios e congêneres;
j) as edificaçoẽs institucionais, compreendendo edificios para entidades públicas em geral, de administração direta ou indireta.

SEÇÃO V

DO CONTRIBUINTE OU RESPONSÁVEL

Artigo 123- Contribuinte ou responsável é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor dos imóveis em que se façam as - obras referidas no artigo 118.

Parágrafo único- Respondem, solidàriamente com o proprietário, - quanto a taxa e à observêncía das posturas municipais o profissional - ou profissionais responsáveis pelo projeto e pela sua execução.

SEÇÃO VI

DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO

Artigo 124- A taxa será lançada por meio de guia expedida em nome do contribuinte ou responsável e arrecadada, adiantadamente, no ato do pedido de aprovação ou de licença.

CAPÍTULO II

DA TAXA DE EXPEDIENTE

SEÇÃO I

DA INCIDÊNCIA

Artigo 125- Constitui fato gerador da taxa de expediente:
I- a prestação de serviços burocráticos postos à disposição do - contribuinte, no seu exlusivo interêsse;
II- a apresentação de petição ou documento que deva ser apreciado por autoridade municipal;
III- a lavratura de têrmo ou contrato.

SEÇÃO II

DO CÁLCULO DA TAXA

Artigo 126- A taxa calcula-se de acôrdo com a seguinte tabela:

I-	Assinatura de contratos	10%	Sal.Mínimo	vigente
II-	Têrmos diversos	10%	"	" "
III-	Registros, averbaçoẽs ou autorizaçoẽs	10%	"	" "
IV-	Certidoẽs negativas de tributos.....	5%	"	" "
V-	Certidoẽs de plantas e projetos.....	10%	"	" "
VI-	Certidoẽs de outra natureza.....	10%	"	" "
VII-	Desentranhamento ou restituição de papeis	5%	"	" "
VIII-	Matriculas diversas.....	5%	"	" "
IX-	Alvarás:			
	a) de licença concedida ou transferência.....	10%	Sal.Mínimo	vigente
	b) de qualquer natureza.....	10%	"	" "
X-	Buscas:			
	a) com informaçoẽs precisas sôbre o documento requerido,por ano.....	1%	Sal.Mínimo	vigente
	b) sem informaçoẽs precisas,por ano	2%	"	" "
XI-	Transferências:			
	a) de local, de firma ou ramo de atividade	5%	Sal.Mínimo	vigente
	b) de outra natureza	5%	"	" "

SEÇÃO III
DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO

Artigo 127- A taxa é lançada antecipadamente e arrecadada por meio de guia, no ato da solicitação do serviço.

CAPÍTULO III
DA TAXA DE INSPEÇÃO E DE SERVIÇOS DIVERSOS
SEÇÃO I
DA INCIDÊNCIA

Artigo 128- A taxa de inspeção e de serviços diversos tem como fato gerador a utilização obrigatória de serviços especiais visando a observância de normas concernentes à segurança, higiene e saúde pública.

SEÇÃO II
DO CÁLCULO DA TAXA

Artigo 129- A taxa calcula-se de acôrdo com a seguinte tabela:

segue.....

I- Vistorias de estabelecimentos ou de locais onde se realizam diversoẽs públicas	10% Sal.Mínimo vigente
II- Taxa de cemitério:	
1- Sepultamentosem sepultura comum por 5 anos:	
a- maior	10% Sal.Mínimo vigente
b- menor	5% " " "
2- Sepultamentos em sepultura comum - por 20 anos:	
a- maior	60% Sal.Minimo vigente
b- menor	40% " " "
3- Sepultamentos perpétuos:	
Na avenida central	
a- maior	1 Sal.Minimo vigente
b- menor	80% Sal.Minimo vigente
Nas ruas transversais	
a- maior	80% Sal.Minimo vigente
b- manor	60% " " "
Em outros lugares	
a- maior	50% Sal.Minimo vigente
b- menor	40% " " "
4- Diversos	
a- entrada de ossada	20% Sal.Minimo vigente
b- retirada de ossada	20% " " "
c- construção de carneiros e muretas	10% Sal.Minimo vigente
d- construção de túmulos	20% " " "
e- sepultamentos em sepulturas já perpetuadas.....	10% Sal.Minimo vigente
III- Taxa de matadouro	
a- abate de gado bovino,por cabeça...	Cr$ 20,00
b- abate de gado suino, por cabeça...	Cr$ 10,00
c- abate de gado caprino,por cabeça..	Cr$ 10,00
d- gado recolhido no matadouro e não abatido dentro de 48 horas, estadias nos currais e pastagens, por cabeça e por dia.....	Cr$ 5,00

segue.....

SEÇÃO III

DO CONTRIBUINTE

Artigo 130- Contribuinte é a pessoa física ou jurídica, sujeita por legislação especial, à fiscalização obrigatória a que se refere - o artigo 128, ou a interessada na prestação de serviços especiais.

SEÇÃO IV

DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO

Artigo 131- A taxa é lançada por antecipação e arrecadada no - ato da solicitação do serviço ou prèviamente à prestação dêste.

Artigo 132- A taxa de cemitério não incidirá:

I- sôbre as pessoas reconhecidamente pobres ou indigentes, á - critério da Prefeitura;

II- sôbre funcionários municipais, seus conjuges e filhos.

CAPÍTULO IV

DAS TAXAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS

SEÇÃO I

DA TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA

DA INCIDÊNCIA

Artigo 133- Esta taxa tem como fato gerador a utilização efetiva, ou a simples disponibilidade, pelo contribuinte, dos serviços municipais de limpeza e asseio da cidade, compreendendo as vias e logradouros públicos e particulares.

Parágrafo único- Para os fins deste artigo considera-se serviço de limpeza ou asseio:

I- a coleta e remoção do lixo domiciliar;

II- a varrição, a lavagem e a capinação das vias e logradouros;

III- a limpeza de córregos, galerias pluviais, boeiros e bocas de lobo.

DO CONTRIBUINTE

SEÇÃO II

Artigo 134- O contribuinte da taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de imóveis situados em logradouros públicos ou particulares, onde a Prefeitura mantenha, com regularidade, quaisquer dos serviços aos quais se refere o parágrafo único do artigo anterior.

SEÇÃO III

DO CÁLCULO DA TAXA

Artigo 135- A taxa será calculada em função da área e localização do imóvel, e devida anualmente de acôrdo com a seguinte tabela:

PRIMEIRA ZONA- A- prédios e terrenos dotados de calçada,. .
por metro linear de frente..... Cr$ 2,00

B- prédios e terrenos não dotados de calçada, por metro linear de frente..... Cr$ 3,00

SEGUNDA ZONA- A- prédios e terrenos dotados de calçada, por metro linear de frente..... Cr$ 1,50

B- prédios e terrenos não dotados de calçada, por metro linear de frente..... Cr$ 2,00

TERCEIRA ZONA-A- prédios e terrenos dotados de calçada, por metro linear de frente..... Cr$ 1,00

B- prédios e terrenos não dotados de calçada, por metro linear de frente..... Cr$ 1,50

Parágrafo único- O mínimo da taxa não poderá ser inferior a - Cr$ 10,00 (dez cruzeiros).

SEÇÃO IV

DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO

Artigo 136- A taxa de limpeza pública pode ser lançada isoladamente, ou em conjunto com outros tributos, mas dos avisos-recibos deverá constar, obrigatòriamente, a indicação dos elementos distintivos de cada tributo e os respectivos valores.

Parágrafo único- A taxa será acrescida:

I- de 20%(vinte por cento) do seu valor, quando o imóvel se destinar, no todo ou em parte, a uso comercial, industrial ou à prestação de serviços, desde que a atividade não esteja incluida no inciso II deste parágrafo;

II- de 30%(trinta por cento) do seu valor, quando o imóvel estiver ocupado, no todo ou em parte, por hotel, padaria, confeitaria, café, bar, restaurante, cantina, mercearia, açougue, casas de carnes, peixaria, colégio, cinema e outras casas de diversão pública, clube, garage, posto de serviço de veiculos, e fabrica ou oficina que empregue equipamento motorizado na sua produção.

Artigo 137- O pagamento da taxa será feito nas épocas e nos locais indicados nos avisos-recibos.

Artigo 138- A falta de pagamento da taxa nos vencimentos fixados nos avisos de lançamento, sujeitará o contribuinte à multa de - 20%(vinte por cento) sôbre o seu valor, à cobrança de juros moratorios à razão de 1,0%(hum por cento) ao mês e à correção monetária - efetivada com a aplicação dos coeficientes utilizados pelo Govêrno - Federal para os debitos fiscais, inscrevendo-se o debito imediatamente após o seu vencimento como divida ativa, para cobrança executiva.

segue.....

Artigo 139- As remoçoẽs especiais de lixo que excedam a quantidade maxima fixada pelo Executivo serão feitas mediante o pagamento de preço publico.

CAPÍTULO V
DA TAXA DE CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS DE RODAGEM MUNICIPAIS

SEÇÃO I
DA INCIDÊNCIA

Artigo 140- A taxa de conservação de estradas de rodagem municipais, tem como fato gerador a manutenção dos serviços de conservação e reparação.

SEÇÃO II
DO CONTRIBUINTE

Artigo 141- O contribuinte da taxa é o proprietario, o titular de dominio util ou o possuidor do imóvel rural, localizado dentro da área do Município.

SEÇÃO III
DO CÁLCULO DA TAXA

Artigo 142- A taxa será calculada de acôrdo com a área total do imóvel, à razão de Cr$ 8,00(oito cruzeiros) por alqueire.

Parágrafo único- O mínimo da taxa não poderá ser inferior a ... Cr$ 20,00 (vinte cruzeiros).

SEÇÃO IV
DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO

Artigo 143- A taxa será lançada isoladamente em nome do contribuinte ou responsável, e o seu pagamento será feito nas épocas e nos locais indicados nos avisos-recibos.

Artigo 144- A falta de pagamento da taxa nos vencimentos fixados nos avisos de lançamento, sujeitará o contribuinte ou responsável à multa de 20%(vinte por cento) sôbre o seu valor, à cobrança de juros moratorios à razão de 1,0% (hum por cento) ao mês e à correção monetaria, efetivada com a aplicação dos coeficientes utilizados pelo Govêrno Federal para os débitos fiscais, inscrevendo-se o débito imediatamente após o seu vencimento como divida ativa para cobrança executiva.

CAPÍTULO VI
DA TAXA DE CONSUMO DE ÁGUA

SEÇÃO I
DA INCIDÊNCIA

Artigo 145- A taxa de consumo de água tem como fato gerador o fornecimento de água ao contribuinte.

Artigo 146- Todo imóvel com frente para a via pública ou com - acesso através de via pública dotada de rêde de água será obrigatòriamente ligado a essa rêde.

SEÇÃO II
DO CONTRIBUINTE

Artigo 147- O contribuinte da taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor do imóvel, construído ou não, situado em logradouro beneficiado com a rêde de água.

SEÇÃO III
DO CÁLCULO DA TAXA

Artigo 148- A taxa de consumo de água será cobrada do proprietário, do titular do domínio útil ou do possuidor do imóvel e compreenderá duas partes:

I- para consumo domiciliar:
   a)- parte fixa, correspondente ao volume mensal de 20.000 litros que o contribuinte pagará mesmo se o consumo não - atingir essa cifra;
   b)- parte variavel, correspondente ao volume consumido que - exceder a 20.000 litros.

II- para consumo especial de: postos de lavagem, indústrias, bares, restaurantes, hotéis e congeneres:
   a)- parte fixa, correspondente ao volume mensal de 20.000 litros que o contribuinte pagará mesmo se o consumo não - atingir essa cifra;
   b)- parte variavel, correspondente ao volume consumido que - exceder a 20.000 litros.

Artigo 149- A parte fixa será assim cobrada:

Domiciliar ..... Cr$ 5,00
Especial ..... Cr$10,00

Artigo 150- A parte variavel será cobrada de acôrdo com o seguinte critério, por 1.000 litros:

De 20.000 até 30.000 litros .. .. Cr$ 0,50
De 30.000 litros em diante..... . Cr$ 1,00

Artigo 151- A taxa, em suas partes fixa e variavel,será reajustada anualmente de acôrdo com o indice de aumento do salário mínimo vigente na região.

SEÇÃO IV
DAS ISENÇÕES

Artigo 152- São isentos da taxa de consumo de água:

segue.....

a)- repartiçoẽs públicas federais, estaduais, municipais e respectivas autarquias;

b)- templos religiosos;

c)- instituiçoẽs de caridade e seus dependentes;

d)- instituiçoẽs sociais e esportivas;

e)- instituiçoẽs declaradas de utilidade pública.

Parágrafo único- Ficará a cargo da Prefeitura fixar o limite de consumo.

SEÇÃO V

DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO

Artigo 153- A taxa será lançada mensalmente e isoladamente em nome do contribuinte e arrecadada na forma e no prazo determinados na guia de recolhimento.

Artigo 154- Ficará sujeito a multa de 20%(vinte por cento) sôbre referida taxa o contribuinte que deixar de efetuar o pagamento dentro do prazo estipulado na guia de recolhimento.

Artigo 155- Terá o abastecimento de água suprimido o consumidor que deixar de efetuar o pagamento da respectiva taxa durante três mêses consecutivos, ficando sujeito à multa de 1/6 do salário mínimo vigente na região, para taxa de religação.

SEÇÃO VI

DAS DISPOSIÇOẼS GERAIS

Artigo 156- Toda ligação de água na rêde geral com a instalação do hidrômmetro, deverá ser requerida à Prefeitura pelo contribuinte mediante o pagamento da taxa correspondente a 1/2 salário mínimo vigente na região.

Parágrafo único- Para essa ligação que irá até a calçada, o fornecimento de materiais bem como os serviços ficarão sob a responsabilidade da Prefeitura.

Artigo 157- Os hidrômetros serão instalados pela Prefeitura Municipal depois de aferidos e lacrados com sêlo de chumbo, que só poderá ser destruido por funcionário municipal encarregado de sua inspeção e conserto.

Parágrafo único- O consumidor que remover, ou deixar remover, o sêlo dos hidrômetros por pessoas estranhas ao serviço de inspeção e conserto, terá o abastecimento de água interrompido, e só será restabelecido após o pagamento de multa no valor de 20%(vinte por cento) do salário mínimo vigente na região.

segue...

CAPÍTULO VII
DA TAXA DE ESGÔTO
DA INCIDÊNCIA

Artigo 158- A taxa de esgôto tem como fato gerador a manutenção dos serviços de higiêne da cidade.

Artigo 159- Todo imóvel com frente para a via pública ou com acesso através de via pública, dotada de rêde de esgôto, será obrigatòriamente ligado á essa rêde.

SEÇÃO II
DO CONTRIBUINTE

Artigo 160- O contribuinte da taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor do imóvel, situado em logradouro benefiado com a rêde de esgôto.

SEÇÃO III
DO CÁLCULO DA TAXA

Artigo 161- A Taxa de Esgôto será cobrada anualmente do proprietário, do titular do domínio útil ou do possuidor do imóvel e devida na razão de Cr$ 20,00, para cada ligação.

Parágrafo único- As taxas incidentes sôbre prédios ocupados com pensoes, estabelecimentos de diversoes, restaurantes e hotéis serão cobradas com acréscimo de 50%(cinquenta por cento).

SEÇÃO IV
DAS ISENÇOES

Artigo 162- São isentos da taxa de esgôto:

a- repartiçoes públicas federais, estaduais, municipais e respectivas autarquias;
b- templos religiosos;
c- instituiçoes de caridade e seus dependentes;
d- instituiçoes sociais e esportivas;
e- instituiçoes declaradas de utilidade pública.

SEÇÃO V
DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO

Artigo 163- A taxa será lançada anualmente em nome do contribuinte, e, arrecadada em 4 prestaçoes igaais na forma, local e prazos estipulados no aviso de lançamento.

SEÇÃO VI
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 164- Toda ligação de esgôto na rêde coletora geral deverá ser requerida pelo contribuinte à Prefeitura, mediante o pagamento da taxa correspondente á 1/4 do salário mínimo vigente na re-

região.

Artigo 165- Para a ligação de esgôto na rêde geral, fica a cargo do requerente o fornecimento dos materiais necessários, ficando-o serviço de fiscalização sob a responsabilidade da Prefeitura.

CAPÍTULO VIII
DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA
SEÇÃO I
DA INCIDÊNCIA

Artigo 166- A Contribuição de Melhoria cobrada pelo município é instituida para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa - realizada, e como limite individual o acréscimo de valor que da - obra resultar para cada imóvel beneficiado, de propriedade privada, especialmente os seguintes casos:

I- abertura, retificação, alargamento, drenagem e pavimentação de vias e logradouros públicos;

II- construção e ampliação de parques, campos ou áreas de - desportos, pontes, túneis, viadutos, aéroportos e aérodromos;

III- iluminação de vias ou logradouros públicos, bem como a instalação de esgôtos pluviais e sanitários;

IV- proteção contra inundaçoẽs, saneamento em geral, drenagem, retificação e regularização de cursos d'água;

V- canalização de água potável e instalação de rêde elé - trica;

VI- atêrro e obra de embelezamento em geral, inclusive desapropriação para desenvolvimento paisagístico;

VII- construção ou ampliação de sistema de trânsito rápido,- inclusive todas as obras e edificaçoẽs necessárias ao - funcionamento do sistema.

Artigo 167- Para cobrança da Contribuição de Melhoria a repartição competente deverá:

I- publicar prèviamente os seguintes elementos:

a) memorial descritivo do projeto;

b) discriminação do custo da obra;

c) determinação da parcela de custo da obra a ser ressarcida pela contribuição;

d)delimitação da zona beneficiada;

e) determinação do fator de absorção do benefício de valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas.

II-Notificar o contribuinte ou responsável pelo imóvel beneficiado, diretamente ou por edital;

a) do valor da Contribuição de Melhoria lançada;

b) do prazo para pagamento, suas prestaçoẽs e vencimentos;

c) do prazo para impugnação;

d) do local de pagamento.

Parágrafo 1º- Após a notificação, dentro do prazo que não poderá ser inferior á 30(trinta) dias, o contribuinte poderá reclamar,- ao órgão fazendário, contra:

a)o êrro na localização e dimensoẽs do imóvel;

b) o cálculo dos índices atribuidos;

c) o valor da contribuição;

d) o número de prestaçoẽs.

Parágrafo 2º- Caberá ao contribuinte o ônus da prova quando -- impugnar quaisquer elementos a que se refere o parágrafo anterior.

SEÇÃO II
DA BASE DO CÁLCULO

Artigo 168- No custo das obras serão computadas as despesas de estudos e administração, desapropriação e operaçoẽs de financiamento, inclusive juros, não excedentes de 12% ao ano sôbre o capital - empregado.

Artigo 169- A distribuição gradual da Contribuição de Melhoria entre os contribuintes será feita proporcionalmente aos valores venais dos imóveis beneficiados, constantes de cadastro imobiliário;- na falta desse elemento, tomar-se-á por base a área do imóvel.

Artigo 170- Para o cálculo necessário à verificação da responsabilidade dos contribuintes, prevista neste capítulo, serão também computadas quaisquer áreas marginais, correndo por conta da Prefeitura as cotas relativas aos terrenos isentos da Con tribuição de - Melhoria.

Parágrafo único- A dedução de superfícies ocupadas por bens de uso comum e situadas dentro da propriedade tributada sòmente se autorizará quando o domínio dessas áreas haja sido legalmente transferido á União, ao Estado e ao Município.

Artigo 171- No cálculo da Contribuição de Melhoria deverão ser individualmente considerados os imóveis constantes de loteamento aprovado ou físicamente dividido em caráter definitivo.

Artigo 172- Para efeito de cálculo e lançamento da contribuição de Melhoria considerar-se-ão como uma só propriedade as áreas contíguas, de um mesmo proprietário, ainda que provenientes de títulos diversos.

Artigo 173- Em caso de condomínio a contribuição será lançada em nome de tôdos os condôminos, que serão responsáveis na proporção de suas cotas.

Artigo 174- Em caso de parcelamento de imóvel já lançado, poderá o lançamento, mediante requerimento do interessado, ser desdobrado em tantos outros quantos forem os imóveis em que efetivamente se dividiu o primitivo.

Artigo 175- Para efetuar os novos lançamentos previstos no artigo anterior será a cota relativa à propriedade primitiva distribuida de forma que a soma dessas novas cotas correspondam à cota global anterior .

SEÇÃO III
DO CONTRIBUINTE

Artigo 176- Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo de seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

Parágrafo 1º- No caso de enfiteuse, responde pela Contribuição o enfiteuta.

Parágrafo 2º- Os bens indivisos será considerado como pertencentes á um só proprietário e aquele que fôr lançado terá direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhes couberem.

SEÇÃO IV
DA ARRECADAÇÃO

Artigo 177- A Contribuição de Melhoria será paga pelo contribuinte, na forma prevista em regulamento, não podendo sua parcela anual exceder á 3% do maior valor fiscal de seu imóvel, atualizado à época da cobrança.

Parágrafo 1º- O ato da autoridade que determinar o lançamento poderá fixar descontos para o pagamento á vista, ou em prazos menores que o lançado.

Parágrafo 2º- As prestaçoẽs da Contribuição de Melhoria serão corrigidas monetàriamente, de acôrdo com os coeficientes aplicáveis na correção dos débitos fiscais.

Parágrafo 3º- O atraso no pagamento das prestaçoẽs fixadas em lançamento sujeitará o contribuinte à multa de mora de 6%(seis por cento) ao ano.

Parágrafo 4º- No caso de serviço público concedido, o poder concedente poderá lançar e arrecadar a "Contribuição".

Artigo 178- Quando a obra fôr entregue gradativamente ao público, a Contribuição de Melhoria, a juízo da administração, poderá ser cobrada proporcionalmente ao custo das partes já concluídas.

Artigo 179- É licito ao contribuinte ou responsável pagar o debito previsto com títulos da dívida pública municipal, pelo valor nominal, emitidos especialmente para o financiamento da obra ou melhoramento, em virtude da qual foi lançada.

SEÇÃO V

DAS DISPOSIÇOÊS GERAIS

Artigo 180- Iniciada que seja a execução de qualquer obra ou melhoramento sujeito à Contribuição de Melhoria, o órgão fazendário será cientificado a fim de, em certidão negativa que vier a ser fornecida, fazer constar o ónus fiscal correspondente aos imóveis respectivos.

Artigo 181- Não sendo fixada, em lei, a parte do custo da obra ou melhoramento a ser recuperada dos beneficiários, caberá ao Prefeito faze-lo, mediante decreto e observadas as normas estabelecidas neste Título.

Parágrafo único- O Prefeito fixará também, os prazos de arrecadação necessários à aplicação da Contribuição de Melhoria.

Artigo 182- Não caberá exigência da Contribuição de Melhoria quando as obras ou melhoramentos forem executados sem prévia observância das disposiçoêes contidas neste Título.

TÍTULO III

DA DÍVIDA ATIVA

Artigo 183- Constitui dívida ativa do Município a proveniente de impostos, taxas, contribuição de melhoria e multas de qualquer natureza regularmente inscrita na repartição administrativa competente depois de esgotado o prazo fixado para pagamento pela lei ou por regulamento..

Artigo 184- Para todos os efeitos legais, considerar-se-á como inscrita a dívida registrada em livros especiais na repartição competente da Prefeitura.

Artigo 185- Encerrado o exercício financeiro, a repartição competente providenciará, imediatamente, a inscrição dos débitos fiscais por contribuinte.

Parágrafo único- Independentemente, porém, de término do exercício financeiro, os débitos fiscais não pagos em tempo hábil poderão ser inscritos no livro próprio da Dívida Ativa Municipal.

segue...

Artigo 186= Serão cancelados, mediante despacho do Prefeito, os débitos fiscais:

I- legalmente prescritos;

II- de contribuinte que haja falecido sem deixar bens que - exprimam valor.

Parágrafo único- O cancelamento será determinado de ofício ou a requerimento de pessoa interessada, desde que fiquem provadas a morte do devedor e a inexistência de bens, ouvidos os órgãos fazendário e jurídico da Prefeitura.

Artigo 187- Ressalvados os casos de autorização legislativa,não se efetuará o recebimento de débitos fiscais inscritos na dívida ativa com dispensa de multa, dos juros de móra e da correção monetária.

Parágrafo único- Verificada, a qualquer tempo, a inobservância do disposto neste artigo, é o funcionário responsável obrigado,além de pena a que estiver sujeito, a recolher aos cofres do Município o valor da multa, dos juros de móra e da correção monetária.

Artigo 188- O dispôsto no artigo anterior se aplica, também, ao servidor que reduzir graciosa, ilegal ou irregularmente, o montante de qualquer débito fiscal inscrito na dívida ativa, com ou sem autorização superior.

TÍTULO IV
DA PRESCRIÇÃO

Artigo 189- O direito de proceder ao lançamento do tributo, assim como à sua revisão, prescreve em cinco(5) anos, a contar do último dia do ano em que se tornarem devidos.

Parágrafo único- O decurso do prazo estabelecido neste artigo interrompe-se pela notificação ao contribuinte de qualquer medida - preparatória indispensável ao lançamento ou à sua revisão, começando de novo a correr da data em que se operou a notificação.

Artigo 190- A ação para cobrança de crédito tributário prescreve em 5(cinco) anos, contados da data de sua constituição definitiva.

Parágrafo único- A prescrição se interrompe:

I- pela citação pessoal feita ao devedor;

II- pelo protesto judicial;

III- por qualquer ato judicial que constitua em móra o devedor;

IV- por qualquer ato inequívoco, ainda que extra judicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇOÕES FISCAIS

CAPÍTULO ÚNICO

DISPOSIÇOÕES FINAIS

Artigo 191- A falta de pagamento de qualquer tributo no vencimento, sujeitará o contribuinte a multa de 20%(vinte por cento) sôbre o seu valor,salvo se outra estiver prevista neste Código, sem prejuizo de cobrança de juros moratórios de 1% (um por dento) ao mês,despesas de inscrição, correção monetaria, e se o débito estiver ajuizado, custas e despesas judiciais, devidas até o efetivo pagamento.

Parágrafo 1º- Os juros moratorios serão computados a partir do mês imediato ao do vencimento do tributo, considerando-se como mês completo qualquer fração desse período de tempo.

Parágrafo 2º- A correção monetaria não será aplicada sôbre qualquer quantia depositada pelo contribuinte, na repartição arrecadadora, para discussão administrativa ou judicial do débito.

Artigo 192- Os pedidos de reconsideração e os recursos previstos nesta lei não terão efeito suspensivo, salvo se o contribuinte depositar na repartição arrecadadora, o total do débito exigido.

Artigo 193- Os prazos fixados nesta lei serão continuos e fatais, excluindo-se na sua contagem o dia do inicio e incluindo-se o do vencimento.

Parágrafo único- Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição em que tenha curso o processo ou deva ser praticado o ato, excluindo-se o dia do inicio e incluindo o dia do término do prazo.

Artigo 194- Para efeito de cálculo dos tributos, serão desprezados no cômputo final as fraçoẽs de centavos.

Artigo 195- Os tributos quando não calculados com base no salário mínimo, serão atualizados de acôrdo com o índice de elevação do mesmo, ocorrido no ano anterior.

Artigo 196- Ficam revogadas as leis nºs. 665, de 27 de dezembro de 1968, e 699, de 30 de dezembro de 1969, bem como as posteriores que as alteraram.

segue.....

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

ESTADO DE SAO PAULO

Artigo 197- Permanece em vigor a lei nº 740, de 10 de setembro de 1971.

Artigo 198- Esta lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 1974, revogadas as disposiçoẽs em contrário.

Prefeitura Municipal de Itapuí, 27 de setembro de 1973.

Sylvio de Almeida Prado Rocchi
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura na data supra.

Ademar Cafeo
Secretário